

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Acionistas e Conselheiros da
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA
Santos – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AUTORIDADE PORTUARIA DE SANTOS S/A (SPA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Nova Tabela Tarifária

Conforme Nota Explicativa nº 1 “a”, a nova estrutura tarifária iniciou em 01/04/2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova

tabela. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, foi concedida liminar para a Companhia através da 2ª Vara Federal de Santos para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. Os depósitos judiciais efetuados até 31/12/2022 importa em R\$ 103 milhões. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “b”, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16/09/2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos. O prazo do contrato de concessão ficou estipulado em 35 anos, com possibilidade de ser prorrogado por mais 5 anos – para fins de equilíbrio econômico-financeiro. O leilão será pelo critério de maior valor de outorga, com lance mínimo estipulado de R\$ 3,02 bilhões, além da previsão de novos investimentos no montante de R\$ 6,3 bilhões, onde R\$ 2,1 bilhões serão destinados para infraestrutura portuária e R\$ 4,2 bilhões para execução do túnel imerso entre os municípios de Santos e Guarujá. O projeto de desestatização do Porto de Santos foi submetido para a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) em setembro de 2022 e pautado em sessão extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2022, que resultou em 3 pedidos de vistas ao processo, adiando sua apreciação para a sessão ordinária de 8 de março de 2023. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Contratos de arrendamento – Reequilíbrios Econômico-financeiro

Conforme Nota Explicativa nº 1 “c”, a Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir: • Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES28/98 – Acórdão 301-2022; • T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES31/98 – Acórdão 625-2022; • Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES01/97 – Acórdão 638-2022; • ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES41/97 – Acórdão 651-2022. A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados a Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise pelas mesmas. Até a data de encerramento desse relatório, a administração da Companhia não tinha conhecimento de outros acórdãos publicados. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Valor Residual de Ativo Imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a estimativa correspondente a depreciação dos itens registrados no ativo imobilizado passou a utilizar a premissa de valor residual nulo para fins de cálculo do montante depreciável durante sua vida útil, alterando a premissa utilizada anteriormente que considerava um valor residual, para todo o ativo imobilizado, equivalente a 10% para fins de dedução do montante sujeito a depreciação. Em decorrência da alteração desta estimativa, a depreciação complementar correspondente aos bens que em dezembro/2022 já estariam totalmente depreciados, correspondeu ao valor líquido de R\$ 20.883 mil e foi imputado ao resultado do exercício. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de Pensão e Benefício

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 17, a Companhia tem um Passivo Atuarial no Plano de Pensão no montante de R\$ 759.105 mil em 2022 (R\$ 864.697 mil em 2021), que contempla o saldo devedor remanescente a pagar referente ao Termo de Compromisso Financeiro do Plano PBP1 no montante de R\$ 510.936 mil em 2022 (R\$ 510.272 mil em 2021).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações e amortização do parcelamento.

Redução ao valor recuperável de ativos – Teste de *Impairment*

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, cujo resultado apresentou perda por desvalorização do valor recuperável do ativo no montante de R\$ 7.856 mil em 2022 (R\$ 10.070 mil em 2021).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Avaliamos a definição pela Administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos na norma NBC TG 01 (R4) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias

O ativo fiscal diferido da Companhia é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32.1 e 2, o valor em 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 308.509 mil (R\$ 393.518 mil em 2021).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar a recuperabilidade do Ativo Fiscal Diferido são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Receitas Diferidas

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia envolvem recebimento de pagamentos antecipados os quais são reconhecidos como Receitas Diferidas e são apropriados para o resultado mensalmente de forma linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. Em 31 dezembro de 2022, o montante de receitas diferidas é de R\$ 1.259.834 mil (R\$ 749.607 mil em 2021). Em 2022 foi reconhecida como receita no resultado do exercício o montante de R\$ 58.023 mil (R\$ 42.963 mil em 2021).

Como o assunto foi tratado pela auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos procedimentos de apropriação das receitas diferidas ao longo do exercício, análise dos novos contratos e os respectivos registros contábeis de acordo com o CPC 47 e recebimentos parciais destas outorgas de acordo com o contrato. Avaliamos também a divulgação adequada da referida nota explicativa, referente ao prazo de apropriação.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluimos que as outras informações não apresentam distorção relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 01 de fevereiro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Responsável Técnica

BALANÇO PATRIMONIAL
 (em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		<u>2.082.124</u>	<u>1.473.202</u>	Circulante		<u>743.658</u>	<u>695.759</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	1.826.261	1.284.470	Salários, provisão de férias e encargos sociais	14	77.520	63.860
Contas a receber de clientes, líquidas	5	68.594	97.736	Fornecedores e prestadores de serviços.....	15	37.192	55.267
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	182.449	86.111	Impostos e contribuições	16	22.970	27.464
Estoques.....	-	484	600	Benefícios pós emprego	17	41.149	38.033
Créditos tributários.....	7	1.514	2.023	Planos de pensão - contribuição mensal.....	17.1.2	3.047	5.297
Outros créditos.....	10	2.822	2.262	Obras efetuadas por arrendatários	18	25.194	24.726
				Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	383.675	373.932
				Dividendos a pagar.....	24.4.1	129.979	76.946
				Outras obrigações	21	22.932	30.234
Não Circulante		<u>2.648.025</u>	<u>2.496.386</u>	Não Circulante		<u>2.395.134</u>	<u>2.138.974</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>1.070.374</u>	<u>879.251</u>	Benefícios pós emprego	17	717.956	826.664
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga.....	6	638.436	344.445	Obras efetuadas por arrendatários	18	73.574	92.043
Créditos tributários.....	7	7.360	6.670	Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	132.316	129.075
Partes relacionadas.....	8.1	272	345	Termo de ajustamento de conduta - TAC.....	20	23.096	-
Depósitos judiciais	9	114.614	132.286	Receita diferida.....	22	1.259.834	749.607
Bens destinados à alienação.....	-	234	458	Créditos da União para aumento de capital.....	23	188.358	341.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	32.1	308.509	393.518				
Outros créditos.....	10	949	1.529	Patrimônio Líquido		<u>1.591.357</u>	<u>1.134.855</u>
				Capital social.....	24.1	996.168	810.554
Imobilizado.....	11	1.573.277	1.614.108	Reserva legal.....	24.2	43.563	16.199
Intangível.....	12	4.374	3.027	Reserva de dividendos adicionais propostos.....	24.4.2	389.938	230.837
				Outros resultados abrangentes	24.3	161.688	77.265
TOTAL DO ATIVO		4.730.149	3.969.588	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO . . .		4.730.149	3.969.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DETALHE	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida.....	26	1.378.408	1.110.442
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(401.559)	(348.013)
Lucro bruto.....		976.849	762.429
Outras receitas (despesas) operacionais		(235.521)	(199.348)
Despesas administrativas e gerais	28	(205.134)	(203.522)
Outras receitas operacionais	29	21.412	9.609
Outras despesas operacionais	30	(51.799)	(5.435)
Resultado operacional.....		741.328	563.081
Resultado financeiro		136.471	(22.737)
Receitas financeiras	31	262.285	88.827
Despesas financeiras	31	(125.814)	(111.564)
Resultado antes dos tributos		877.799	540.344
Imposto de renda e Contribuição Social.....		(295.262)	(190.271)
Corrente	32.2	(210.252)	(127.280)
Diferido.....	32.2	(85.010)	(62.991)
Resultado líquido das operações continuadas.....		582.537	350.073
Participação nos lucros.....	34	(35.256)	(20.933)
Lucro líquido do exercício.....		547.281	329.140
Lucro básico por lote de mil ações	25	0,79	0,78

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro líquido do exercício.....	547.281	329.140
Ganhos (perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	83.619	103.554
Ganhos (perdas) atuariais - plano de saúde.....	3.808	15.235
Ganhos (perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	(3.004)	3.569
Resultado abrangente.....	631.704	451.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
				RESERVA LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2020		1.414.100	(45.093)	-	-	(1.132.493)	236.514
Ajustes de exercícios anteriores.....		-	-	-	-	(5.158)	(5.158)
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....		528.947	-	-	-	-	528.947
Redução Capital Social para absorção dos prejuízos acumulados.....		(1.132.493)	-	-	-	1.132.493	-
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	329.140	329.140
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido		-	103.554	-	-	-	103.554
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....		-	15.235	-	-	-	15.235
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....		-	3.569	-	-	-	3.569
Destinações:							
Apropriações do lucro líquido em reservas	24.4.2	-	-	16.199	230.837	(247.036)	-
Dividendos obrigatórios.....	24.4.1	-	-	-	-	(76.946)	(76.946)
SALDOS EM 31/12/2021		810.554	77.265	16.199	230.837	-	1.134.855
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....		185.614	-	-	-	-	185.614
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	547.281	547.281
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido		-	83.619	-	-	-	83.619
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....		-	3.808	-	-	-	3.808
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....		-	(3.004)	-	-	-	(3.004)
Destinações:							
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO de 2022		-	-	-	(230.837)	-	(230.837)
Apropriações do lucro líquido em reservas	24.4.2	-	-	27.364	389.938	(417.302)	-
Dividendos obrigatórios.....	24.4.1	-	-	-	-	(129.979)	(129.979)
SALDOS EM 31/12/2022		996.168	161.688	43.563	389.938	-	1.591.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

DETALHE	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	547.281	329.140
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		-
- Ajustes de exercícios anteriores.....	-	(5.158)
- Depreciação e amortização	60.117	40.879
- Provisão (reversão) no valor recuperável de ativos - Impairment	-	(2.503)
- Valor residual de ativos baixados	10	2.097
- Adição ao imobilizado por contrapartida contratual.....	(2.617)	-
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	12.984	31.307
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa.....	529	1.603
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	(18.731)	3.992
- Provisão - Termo de ajustamento de conduta - TAC	23.096	-
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego.....	15.477	(3.129)
- Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	-	(1.831)
- Provisão (Reversão) Depósitos judiciais.....	(5.736)	(15.282)
- Apropriação de receitas diferidas.....	(58.023)	(42.963)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados.....	63.321	48.132
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.010	62.991
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	-	12.589
Contas a receber de clientes, líquidas	(339.391)	30.478
Créditos tributários.....	509	(634)
Partes relacionadas	74	5.608
Depósitos judiciais	23.408	17.667
Outros ativos.....	500	(1.956)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	655	8.542
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	13.660	20.062
Impostos e contribuições.....	(4.494)	(2.589)
Plano de Pensão e benefícios pós emprego.....	(92.845)	(79.824)
Obras efetuadas por arrendatários.....	(18.002)	(10.110)
Receita diferida	568.250	1.300
Créditos da União para aumento de capital.....	-	(12.363)
Outros passivos.....	(7.301)	9.316
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais.....	867.741	447.360
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado.....	(16.665)	(21.346)
Aquisição de intangíveis.....	(1.501)	(1.405)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(18.166)	(22.751)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(307.783)	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	(307.783)	-
Total dos fluxos de caixa	541.791	424.609
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	1.284.470	859.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.826.261	1.284.470
Transações que não envolveram caixa:		
- Aumento de capital	185.614	-
- Adições ao Imobilizado por contrapartida contratual	2.617	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de reais)

DETALHE	31/12/2022	31/12/2021
Receitas.....	1.596.572	1.277.860
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	977.995	788.322
Arrendamentos operacionais e aluguéis	619.366	493.234
Reversão (Perdas) de crédito esperadas.....	(529)	(1.603)
Ganhos (Perdas) em alienação de ativos imobilizados	(260)	(2.093)
Insumos adquiridos de terceiros	(349.482)	(266.623)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(197.020)	(153.152)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros.....	(17.170)	(12.725)
Outros custos	(135.292)	(100.746)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade.....	1.247.090	1.011.237
Depreciação e amortização.....	(60.117)	(40.879)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade.....	1.186.973	970.358
Valor adicionado recebido em transferência	262.285	88.827
Receitas financeiras	262.285	88.827
Valor adicionado a distribuir	1.449.258	1.059.185
Distribuição do valor adicionado	1.449.258	1.059.185
<u>Pessoal</u>	244.473	224.470
Remuneração direta.....	163.400	166.498
Benefícios.....	18.719	18.948
FGTS.....	13.677	15.391
Plano de desligamento incentivado.....	10.691	-
Honorários da diretoria	2.730	2.700
Participação nos lucros	35.256	20.933
<u>Tributos</u>	533.702	390.077
Federais.....	395.569	282.015
IR e CSLL diferidos.....	85.010	62.991
Estaduais.....	8.337	8.404
Municipais.....	44.786	36.667
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	123.802	115.498
Despesas financeiras	113.618	107.434
Aluguéis.....	10.184	8.064
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	547.281	329.140
Juros sobre capital próprio e dividendos.....	129.979	76.946
Dividendos adicionais propostos.....	389.938	230.837
Lucros retidos.....	27.364	21.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de reais)

	2022			2021		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			1.378.408			1.110.442
Resultado operacional (RO)			741.328			563.082
Folha de pagamento bruta (FPB)			142.665			149.087
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	10.573	7,41%	0,77%	10.728	7,20%	0,97%
Encargos sociais compulsórios	55.629	38,99%	4,04%	73.443	49,26%	6,61%
Previdência privada	14.201	9,95%	1,03%	12.606	8,46%	1,14%
Saúde	3.487	2,44%	0,25%	6.650	4,46%	0,60%
Segurança e medicina no trabalho	149	0,10%	0,01%	466	0,31%	0,04%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	1.211	0,85%	0,09%	533	0,36%	0,05%
Creches ou auxílio - creche	129	0,09%	0,01%	145	0,10%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	35.256	24,71%	2,56%	20.933	14,04%	1,89%
Transporte	225	0,16%	0,02%	320	0,21%	0,03%
Bolsa/estágio	1.226	0,86%	0,09%	918	0,62%	0,08%
Outros	2.364	1,66%	0,17%	2.224	1,49%	0,20%
Total - Indicadores sociais internos	124.451	87,23%	9,03%	128.968	86,50%	11,61%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	-	0,00%	0,00%	250	0,04%	0,02%
Esporte.....	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	900	0,12%	0,07%	500	0,09%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	900	0,12%	0,07%	750	0,13%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	409.877	55,29%	29,74%	293.983	52,21%	26,47%
Total - Indicadores sociais externos	411.677	55,53%	29,87%	294.733	52,34%	26,54%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa.	465	0,06%	0,03%	287	0,05%	0,03%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	465	0,06%	0,03%	287	0,05%	0,03%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre 51% a 75% () não possui metas () cumpre 51% a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100%					
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	841			973		
Nº de admissões durante o período	3			9		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	875			1082		
Nº de estagiários(as)	63			54		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	379			444		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	137			153		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,00%			19,33%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	206			249		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,48%			2,94%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	4			4		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração	22,13			-		
Número total de acidentes de trabalho	14			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 31	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2022: 1.449.258			em 2021: 1.059.185		
Distribuição do valor adicionado	36,80% governo; 16,90% empregados(as); 35,87% acionistas; 8,54% terceiros; 1,89% retido			36,78% governo; 21,24% empregados(as); 29,06% acionistas; 10,90% terceiros; 2,02% retido		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "COMPANHIA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social.

Eventos Relevantes**a) Nova tabela tarifária**

A vigência da nova estrutura tarifária iniciou em 01/04/2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, foi concedida liminar para a Companhia através da 2ª Vara Federal de Santos para que os associados da entidade depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. Os depósitos judiciais efetuados até 31/12/2022 importa em R\$ 103 milhões.

b) Desestatização

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16/09/2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos.

O prazo do contrato de concessão ficou estipulado em 35 anos, com possibilidade de ser prorrogado por mais 5 anos – para fins de equilíbrio econômico-financeiro. O leilão será pelo critério de maior valor de outorga, com lance mínimo estipulado de R\$ 3,02 bilhões, além da previsão de novos investimentos no montante de R\$ 6,3 bilhões, onde R\$ 2,1 bilhões serão destinados para infraestrutura portuária e R\$ 4,2 bilhões para execução do túnel imerso entre os municípios de Santos e Guarujá.

O projeto de desestatização do Porto de Santos foi submetido para a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) em setembro de 2022 e pautado em sessão extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2022, que resultou em 3 pedidos de vistas ao processo, adiando sua apreciação para a sessão ordinária de 8 de março de 2023.

c) Contratos de arrendamento – Reequilíbrios Econômico-financeiro

A Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir:

- Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES28/98 – Acórdão 301–2022;
- T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES31/98 – Acórdão 625–2022;
- Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES01/97 – Acórdão 638–2022;
- ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES41/97 – Acórdão 651–2022;

A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados a Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise pelas mesmas.

Até a data de encerramento desse relatório, a administração da Companhia não tinha conhecimento de outros acórdãos publicados.

d) Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS

Em 16 de dezembro de 2022 a SPA assinou o Contrato de Cessão DIPRE/01.2022 junto à nova Cessionária da Ferrovia Interna do Porto de Santos – FIPS. A associação que administrará a FIPS é composta pelas empresas Ferrovia Centro Atlântica S/A (VLI), MRS Logística S/A e Rumo S/A. A Cessionária será responsável pela gestão, operação, manutenção e expansão do empreendimento pelo prazo de 35 anos e terá de realizar investimentos da ordem de R\$ 891 milhões, no prazo máximo de 5 anos, contados da aprovação dos respectivos projetos executivos pela SPA.

A capacidade ferroviária do complexo portuário de Santos está próxima da saturação, com 94% de utilização, sendo imprescindível sua expansão para atendimento, com eficiência, à movimentação futura, com projeção do aumento do volume movimentado de 50 para 115 milhões de toneladas/ano, no prazo de 5 a 10 anos.

O contrato associativo é uma das principais inovações da FIPS, em que as empresas ferroviárias integrantes da cessionária realizarão uma gestão cooperativa baseada em uma autorregulação administrativa e operacional, na qual compartilharão custos e sem finalidade lucrativa. Ao longo de toda a vigência contratual a cessionária realizará, bianualmente, chamamentos públicos, de forma a garantir o ingresso de novos associados.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2022 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2022, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme reunião realizada em 01/02/2023.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, estimativas, julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados e de arrendamentos, no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas no ativo não circulante.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.

Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, participação nos lucros, acréscimos dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de arrendamento - IFRS 16 - CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário nas demonstrações financeiras.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita diferida

Os contratos de arrendamentos assinados pela Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e a data de término do contrato de arrendamento.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e despesas da Companhia. As estimativas são determinadas com base no melhor conhecimento existente na data da aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso. Os resultados dessas transações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes

podem diferir dessas estimativas considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

As principais premissas relativas às incertezas são: a) valor residual do ativo imobilizado b) perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa c) Imposto de renda e contribuição social diferidos d) provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das informações contábeis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis, sendo apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias tributáveis quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS - Programa de Integração Social e da COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS - Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, que são dedutíveis para fins tributários, e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**4.1 – Caixa e equivalentes de caixa**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	3.643	10.095
Aplicações financeiras	1.822.618	1.274.375
Total	<u>1.826.261</u>	<u>1.284.470</u>

4.2 – Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de renda fixa – BB	860.881	643.374
Fundo de renda fixa – CEF	961.737	631.001
Total	<u>1.822.618</u>	<u>1.274.375</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a Receber – Circulante		
Contas a Receber	68.594	97.736
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	-	-
Total Contas a Receber, líquido	<u>68.594</u>	<u>97.736</u>

Contas a Receber – Não Circulante

Contas a Receber	6.461	22.792
Contas a Receber – recuperação judicial	15.797	15.275
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	(22.258)	(38.067)
Total Contas a Receber, líquido	-	-
Total Contas a Receber, líquido	68.594	97.736

(i) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o Normativo interno da Companhia.

Movimentação da PECLD	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(38.067)	(73.417)
(+) Adições	(521)	(80.486)
(-) Reversões	16.330	115.836
Saldo final	(22.258)	(38.067)

6. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS – OUTORGA

<u>ARRENDATÁRIOS</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Petróleo Brasileiro S/A (STS08A)	447.604	-
Bracell SP Celulose (STS14A)	184.300	217.410
Eldorado Brasil S/A (STS14)	181.137	213.146
Cofco International (STS11)	7.843	-
Total	820.885	430.556
Circulante	182.449	86.111
Não Circulante	638.436	344.445

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	7.360	6.670
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	-	1.831
Impostos retidos sobre faturamento	177	192
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	1.337	-
Total	8.874	8.693
Circulante	1.514	2.023
Não Circulante	7.360	6.670

(i) A importância registrada em IRPJ e CSLL pagos a maior decorre do pagamento efetuado sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic. O procedimento de restituição foi solicitado, administrativamente, e está em análise junto a Secretaria da Receita Federal.

(ii) O montante, registrado em 31/12/2021, de PIS e COFINS a recuperar refere-se a exclusão do ICMS na base de cálculo das citadas contribuições. Em março/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro/2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Entretanto, em maio/2021 o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos e ao método de atualização monetária dos montantes. A Companhia realizou a compensação do crédito em 16/08/2022, após deferimento do processo pela Secretaria da Receita Federal.

8. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os diversos órgãos da administração direta do poder executivo federal e os membros chave da administração da Companhia.

8.1 – Saldos em aberto com órgãos da administração direta

Os valores são decorrentes de cessão de funcionários aos órgãos da administração direta federal:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	172	173
Ministério do Trabalho	92	153
Ministério da Economia em Itajaí/SC	-	11
Ministério da Infraestrutura	8	8
Total	<u>272</u>	<u>345</u>
Nº de funcionários cedidos	-	7

8.2 – Membros chave da administração da empresa

A nota explicativa 33.1 detalha a remuneração dos membros chave da administração.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	89.440	105.355
Depósitos Judiciais Cíveis	23.700	24.371
Depósitos Judiciais Tributários	1.474	2.560
Total	<u>114.614</u>	<u>132.286</u>

10. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas antecipadas (i)	2.235	1.878
Adiantamento de férias	949	1.105
Sinistros cobertos por apólice	360	291
Cobrança de Plano de Saúde	192	208
Multa – Prefeitura de Santos – Proc. 54014/2006	-	126
Diversos	35	183
Total	<u>3.771</u>	<u>3.791</u>
Circulante	2.822	2.262
Não Circulante	949	1.529

- (i) As despesas antecipadas correspondem a apropriação por competência de licenças de uso de softwares no valor de R\$ 1.941 (R\$ 1.754 em 2021) e de apólices de seguro R\$ 294 (R\$ 124 em 2021).

11. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual depreciação	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	7.982	(7.076)	906	8.167	(6.759)	1.408
Veículos	10%	1.201	(838)	363	1.201	(729)	472
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	18.527	(17.624)	903	17.439	(15.607)	1.832
Equipamentos Diversos	5% a 20%	6.371	(3.160)	3.211	4.194	(2.769)	1.425
Outros Bens Móveis	10%	856	(715)	141	710	(637)	73
Equipamentos de Informática	10% a 20%	51.216	(38.988)	12.228	48.005	(33.998)	14.007
Edifícios	2% a 7%	44.560	(19.377)	25.183	44.551	(18.239)	26.312
Instalações	1,43% a 20%	862.316	(168.717)	693.599	861.011	(154.981)	706.030
Obras em Andamento	-	66.971	-	66.971	63.447	-	63.447
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	17.656	(14.307)	3.349	15.299	(13.035)	2.264
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(87.916)	13.361	101.277	(79.844)	21.433
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	1,43% a 7%	260.353	(121.787)	138.566	254.948	(109.762)	145.186
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	1,43% a 5%	46.534	(30.692)	15.842	46.534	(28.872)	17.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	-	-	-	-	42.594	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	108.238	-	108.238	51.840	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	1,43% a 7%	664.223	(173.836)	490.387	678.026	(159.932)	518.094
Total		2.258.310	(685.033)	1.573.277	2.239.272	(625.164)	1.614.108

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2022
Mobiliário em Geral	1.408	83	(4)	(571)	(10)	-	906
Veículos	472	-	-	(109)	-	-	363
Máquinas Motores e Aparelhos	1.832	71	-	(976)	(24)	-	903
Equipamentos Diversos	1.425	2.178	-	(392)	-	-	3.211
Outros Bens Móveis	73	148	-	(79)	(1)	-	141
Equipamentos de Informática	14.007	4.303	(5)	(5.975)	(102)	-	12.228
Edifícios	26.312	-	-	(1.129)	-	-	25.183
Instalações	706.030	305	(1)	(12.732)	(3)	-	693.599
Obras em Andamento	63.447	9.825	-	-	(6.301)	-	66.971
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	2.264	2.369	-	(1.283)	(1)	-	3.349
Bens Imóveis para Fins Industriais	21.433	-	-	(8.072)	-	-	13.361
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	145.186	-	-	(12.024)	5.404	-	138.566
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	17.662	-	-	(1.820)	-	-	15.842
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	(42.594)	-	-
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	56.398	-	108.238
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	518.094	-	-	(13.904)	(13.803)	-	490.387
Total	1.614.108	19.282	(10)	(59.066)	(1.037)	-	1.573.277

Classe	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2021
Mobiliário em Geral	1.371	293	(4)	(208)	(44)	-	1.408
Veículos	576	-	-	(96)	(8)	-	472
Máquinas Motores e Aparelhos	2.012	325	-	(325)	(48)	(132)	1.832
Equipamentos Diversos	1.436	85	-	(93)	(3)	-	1.425
Outros Bens Móveis	86	-	-	(10)	(3)	-	73
Equipamentos de Informática	7.388	8.512	(4)	(1.720)	(169)	-	14.007
Edifícios	27.774	-	(362)	(1.100)	-	-	26.312
Instalações	716.861	-	-	(10.831)	-	-	706.030
Obras em Andamento	51.315	12.132	-	-	-	-	63.447
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	4.173	-	(1.727)	(198)	-	16	2.264
Bens Imóveis para Fins Industriais	24.083	-	-	(2.630)	(20)	-	21.433
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	156.208	-	-	(11.024)	-	2	145.186
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	18.641	-	-	(1.001)	-	22	17.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	524.960	-	-	(9.461)	-	2.595	518.094
Total	1.631.347	21.347	(2.097)	(38.697)	(295)	2.503	1.614.108

A estimativa correspondente a depreciação dos itens registrados no ativo imobilizado passou a utilizar a premissa de valor residual nulo para fins de cálculo do montante depreciável durante sua vida útil, alterando a premissa utilizada anteriormente que considerava um valor residual, para todo o ativo imobilizado, equivalente a 10% para fins de dedução do montante sujeito a depreciação. Em decorrência da alteração desta estimativa, a depreciação complementar correspondente aos bens que em dezembro/2022 já estariam totalmente depreciados, correspondeu ao valor líquido de R\$ 20.883 e foi imputado ao resultado do exercício.

11.1 IMPAIRMENT

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 03 unidades geradoras de caixa – UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto

Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;

- SEP (Sistema Elétrico de Potência)

Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – através da Usina Hidrelétrica de Itatinga situada no município de Bertioga;

- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:

A SPA efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:

- basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo. Importância maior deve ser dada à evidência externa;
- basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela Administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e
- estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.

A Wacc foi definida em 9,92% a.a., conforme Nota Técnica nº 130/2021/GPO/SOG da ANTAQ. Como o modelo está em termos nominais, foram adicionados 3,44% de inflação, totalizando um Wacc de 13,70% a.a.

A seguir está apresentado o resultado do teste de valor recuperável dos ativos, por Unidade Geradora de Caixa – UGC:

Demonstração do resultado do teste de Impairment

31/12/2022

UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização	Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.557.599	(i)	-	1.557.599
Sistema elétrico de potência – SEP	7.856	(ii)	(7.856)	-
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	15.678	28.444	-	15.678
Total imobilizado líquido	1.581.133		(7.856)	1.573.277

31/12/2021

UGC, por natureza	Valor contábil	Valor recuperável (*)	Reversão(perda) por desvalorização	Valor líquido após impairment
Sistema Porto	1.596.176	(i)	-	1.596.176
Sistema elétrico de potência – SEP	10.070	(ii)	(10.070)	-
Estações de tratamento de água e esgoto (iii)	17.932	18.060	-	17.932
Total imobilizado líquido	1.624.178	18.060	(10.070)	1.614.108

(*) valor recuperável é o valor em uso

Movimentação das contas do SEP –Impairment	<u>R\$ mil</u>
Saldo inicial	10.070
(-) Depreciação – impairment	<u>(2.214)</u>
Saldo final	7.856

i) Sistema Porto

Em linha com a norma NBC TG 01 (R4), a Companhia efetuou análise da recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia, baseada na performance dos últimos anos, apurou que não há indícios para a elaboração de teste de impairment.

(ii) SEP (Sistema Elétrico de Potência)

A Companhia efetuou a análise destes ativos e, como não há indícios de recuperabilidade dos valores dos mesmos, a provisão para perda de recuperabilidade desta UGC foi mantida na totalidade do valor do ativo para o ano de 2022, no montante de R\$ 7.856.

(iii) Estações de Tratamento de Água e Esgoto

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2022 onde apurou-se um valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos.

12. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 4.374 (R\$ 3.027 em 31/12/2021) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	5.548	(3.684)	1.864	4.849	(3.154)	1.695
Demais softwares	20%	18.686	(16.176)	2.510	29.119	(27.787)	1.332
Total		24.234	(19.860)	4.374	33.968	(30.941)	3.027

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2022
Software - ERP	1.695	136	-	(531)	564	-	1.864
Demais softwares	1.332	1.365	-	(520)	333	-	2.510
Total	3.027	1.501	-	(1.051)	897	-	4.374

Classe	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2021
Software - ERP	2.023	180	-	(508)	-	-	1.695
Demais softwares	1.781	1.225	-	(1.674)	-	-	1.332
Total	3.804	1.405	-	(2.182)	-	-	3.027

13. SEGUROS

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

Limites de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Riscos operacionais (i)	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores (ii)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Automóveis (iv)	2.119	2.119
Casco Marítimo (v)	312	312

(i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, avaliados em R\$ 307.758, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2022 a 01/05/2023. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(ii) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2022 a 31/12/2023.

(iii) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2022 a 01/05/2023.

(iv) Automóveis

A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 03/06/2022 a 03/06/2023.

(v) Casco Marítimo

A Companhia possui apólice de seguro de casco marítimo da Lancha de Patrulhamento, com vigência de 01/03/2022 a 01/03/2023.

14. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários a pagar	9.019	9.071
Provisão de férias	27.383	27.821
Encargos sociais	5.706	6.035
PLR e Remuneração variável de administradores	35.412	20.933
Total	<u>77.520</u>	<u>63.860</u>

15. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores Nacionais	16.452	15.363
Provisões de Fornecedores	20.740	39.904
Total	<u>37.192</u>	<u>55.267</u>

A Companhia possui contratos com prestadores de serviços e fornecedores com prazo médio de 30 dias para pagamento.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	638	691
Retenção de tributos federais – Lei 10.833/03	877	1.818
Retenção para seguridade social – INSS	432	545
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	6.945	6.701
Programa de integração social – PIS	2.218	1.767
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	10.478	8.298
Imposto sobre serviços – ISS	1.354	1.362
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	6.282
Total	<u>22.970</u>	<u>27.464</u>

17. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2022	Plano de Pensão Nota 17.1	Plano de Saúde Nota 17.2	Complementação de Aposentadoria Nota 17.2	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	800.070	16.223	48.404	864.697
Reconhecido no resultado	65.331	1.381	4.199	70.911
Custo do serviço corrente (patronal)	(1.182)	-	-	(1.182)
Custo dos juros líquidos	66.513	1.381	4.199	72.093
Reconhecido no PL – resultados abrangentes	(83.619)	(3.808)	3.004	(84.422)
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	(83.619)	(3.808)	3.004	(84.422)
Efeito caixa	(83.900)	(752)	(7.429)	(92.081)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(11.195)	-	-	(11.195)
Contribuições extraordinárias patronais	(19.381)	-	-	(19.381)
Termo de compromisso financeiro – TCF	(53.324)	-	-	(53.324)
Contribuição plano de saúde	-	(752)	-	(752)
Complementação de aposentadoria	-	-	(7.429)	(7.429)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	697.882	13.045	48.178	759.105
Circulante	41.149	-	-	41.149
Não Circulante	656.733	13.045	48.178	717.956

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2021	Plano de Pensão Nota 17.1	Plano de Saúde Nota 17.2	Complementação de Aposentadoria Nota 17.2	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	921.161	25.097	56.210	1.002.468
Reconhecido no resultado	60.968	2.925	3.498	67.391
Custo do serviço corrente (patronal)	(2.089)	167	-	(1.922)
Custo dos juros líquidos	63.057	2.758	3.498	69.313
Reconhecido no PL – resultados abrangentes	(103.554)	(9.785)	(3.569)	(116.908)
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	(153.842)	(9.785)	(3.569)	(167.196)
Efeito do compartilhamento de riscos	50.288	-	-	50.288
Efeito caixa	(78.505)	(2.014)	(7.735)	(88.254)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(11.433)	-	-	(11.433)
Contribuições extraordinárias patronais	(18.498)	-	-	(18.498)
Termo de compromisso financeiro – TCF	(48.574)	-	-	(48.574)
Contribuição plano de saúde	-	(2.014)	-	(2.014)
Complementação de aposentadoria	-	-	(7.735)	(7.735)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	800.070	16.223	48.404	864.697
Circulante	38.033	-	-	38.033
Não Circulante	762.037	16.223	48.404	826.664

17.1 – Plano de Pensão

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do

sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

O Portus administra o plano de benefício multipatrocinado – Plano de Benefício Portus 1–PBP1, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob nº 19.780.005–29 sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11.

A mensuração da obrigação atuarial dos planos é dependente, em parte, da seleção de várias premissas atuariais. A Companhia utiliza atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego. A revisão atuarial efetuada pela empresa Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda está apresentada abaixo:

Premissas adotadas	31/12/2022	31/12/2021
1. Taxa de desconto (nominal)	9,834%	8,913%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,834%	8,913%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Base de Dados	31/12/2022	31/12/2021
Participantes ativos (passivo principal)	137	181
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	3.988	4.061
Aposentados	2.332	2.411
Pensionistas	1.656	1.650
Número total de participantes	4.125	4.242
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,56	8,20

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	129.614	843.373
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.182)	-
3. Custo dos juros	11.616	72.214
4. Contribuições de participantes do plano	1.551	-
5. Benefícios pagos	-	(126.888)
6. (Ganho)/perda atuarial	(44.532)	3.525
6.a. (Ganho)/perda atuarial – mudança de premissas	(4.433)	(20.494)
6.b. (Ganho)/perda atuarial – ajuste de experiência	(40.099)	24.020
6.c. (Ganho)/perda atuarial – redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	26.682
8. Obrigação de Benefício Definido no final do período	97.067	818.907

Valor Justo dos Ativos do Plano	31/12/2022		31/12/2021	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	0,000%	-	0,000%
2.b Realizável (Prev e Adm)	576.415	69,637%	565.225	75,359%
Contribuições Contratadas	509.938	61,606%	508.827	67,840%
Outros ativos a receber	66.477	8,031%	56.398	7,519%
2.C Títulos Públicos	41.914	5,064%	39.667	5,289%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,000%	-	0,000%
2.e Ações	46.637	5,634%	39.527	5,270%
2.f Fundos de Investimentos	57.406	6,935%	52.457	6,994%
Renda Fixa	57.275	6,919%	52.333	6,977%
Imobiliário	131	0,016%	124	0,017%
2.g Investimentos Imobiliários	54.840	6,630%	52.675	7,020%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,000%	-	0,000%
2.i Precatórios - FND	50.033	6,040%	-	N/A
2.j Outros - Depósitos Judiciários	495	0,060%	494	0,070%
Total Ativo	827.740	100,000%	750.045	100,000%
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		-	
(-) Contribuições Contratadas	(509.938)		(508.827)	
(-) Contribuições Contratadas e atraso	(3.386)		(1.748)	
(-) Uso Próprio	N/D		(2.334)	
(-) Exigível Operacional	(734)		(1.719)	
(-) Exigível Contingencial	(27.412)		(28.461)	
(-) Fundo Previdencial	(32.348)		(13.499)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(36.038)		(20.055)	
Valor Justo dos Ativos Inicial	217.884		173.402	
Rentabilidade projetada para o período	1.637		1.191	
Saldo Previdencial do período	(1.431)		(1.674)	
Valor Justo dos Ativos final	218.090		172.919	

Outras Premissas Atuariais	31/12/2022	31/12/2021
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagrava da em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	900.162	932.924	901.323	931.084
Valor justo dos ativos do plano	218.090	218.090	218.090	218.090
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(682.072)	(714.834)	(683.233)	(712.994)
Passivo do Patrocinador – Redução de direitos (TCF)	510.936	510.936	510.936	510.936
Passivo do Patrocinador – contrib. Futuras (Assistidos)	90.550	93.846	90.667	93.661
Passivo do Patrocinador – contribuição Extraordinárias	192.905	199.926	193.154	199.532
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	112.319	89.874	111.524	91.135
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(682.072)	(714.834)	(683.233)	(712.994)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	510.936	510.936	510.936	510.936
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(171.136)	(203.898)	(172.297)	(202.058)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,73%	1,85%	-1,60%	1,65%
Varição Passivo/Ativo Reconhecido	-2,27%	2,43%	-2,10%	2,17%

Cisão do Plano de Pensão Portus

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, CNPB nº 19.780.005–29, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho), CNPB nº 2022.0007–65, para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (SPA).

A PREVIC, em 28/09/2022, por despacho no processo nº 44011.005389/2022–40, informou:

- com relação à documentação, observou que o processo foi instruído adequadamente com os documentos exigidos pela norma regente vigente da cisão;
- que conforme Termo de responsabilidade de finalização de cisão – SPA (SEI 0488169), a data base efetiva da cisão ocorreu em 31/05/2022.

17.1.1 – Plano de Pensão – Termo de Compromisso Financeiro

Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e

sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial TCF	510.272	487.416
(-) Pagamentos	(53.324)	(48.533)
(+) Juros e atualização monetária	53.988	71.389
Saldo devedor remanescente	510.936	510.272
Circulante	41.149	38.033
Não circulante	469.787	472.239

17.1.2 – Plano de Pensão – Contribuições mensal

A importância de R\$ 3.047 (R\$ 5.297 em 31/12/2021) é correspondente à contribuição mensal referente ao mês de dezembro dos planos de pensão de benefício definido e contribuição definida administrados respectivamente pelo PORTUS e Banco do Brasil S/A.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano benefício definido – PORTUS	2.461	4.804
Plano contribuição definida – Banco do Brasil	586	493
Total	3.047	5.297

17.2 – Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência à Saúde (i)	13.045	16.223
Complementação de aposentadoria (ii)	48.178	48.404
Total	61.223	64.627

(i) Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a Companhia subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano e, desde 01/05/2021, o ex-empregado é responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, desde maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Premissas utilizadas nos cálculos

Item	31/12/2022	31/12/2021
Duration dos benefícios (anos)	8,10	11,19
NTN-B (vencimento)	2035	2040
Taxa indicativa da NTN-B	6,0970% a.a.	5,3924% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a VP)	6,0970% a.a.	5,3924% a.a.
Inflação anual futura estimada	4,02% a.a.	3,5% a.a.
Taxa nominal anual de juros	10,3621% a.a.	9,0811% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	10,3621% a.a.	9,0811% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	2,80%	0,00%
Taxa de Permanência no Desligamento	30,87%	0,00%
Taxa de Permanência na Aposentadoria	65,35%	65,13%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Familia Real	Família Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Segregação do Valor Presente da Obrigação

Detalhe	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Conceder	1.610	2.653
Benefícios Concedidos	11.435	13.570
Total	13.045	16.223

(ii) Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre **(a)** o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e **(b)** o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente são 207 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes. Não existem mais funcionários ativos que preencham os requisitos de direito ao benefício.

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	48.404	56.210
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	4.199	3.498
4. Benefícios pagos	(7.429)	(7.735)
5. (Ganho) perda atuarial – Resultados Abrangentes	3.004	(3.569)
5.1 (Ganho) perda atuarial – mudança de premissas	(2.372)	(7.384)
5.2 (Ganho) perda atuarial – ajuste de experiência	5.376	3.815
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	48.178	48.404

Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria

Em 24/03/2022 foi entabulado Acordo Coletivo de Trabalho estipulando condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-colaboradores aposentados, admitidos pela Companhia Docas de Santos – CDS (atual SPA).

O acordo encontra-se pendente de homologação judicial, no bojo do processo em trâmite perante o Centro judiciário de solução de conflitos do TRT2 (Cejusc), sendo que 59 ex-funcionários aderiram ao mesmo, cujo benefício mensal deixará de ser pago em relação a estes a partir da homologação e quitação compensatória.

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	Saldo		Pagamentos	Saldo	
	31/12/2021	Correção		31/12/2022	
Brasil Term. Portuário					
Contrato 24/2001 (até 01/2027)	113.035	6.335	(21.934)		97.436
Correção: IPCA/mensal					
Ecoporto Santos S/A					
Contrato 28/1998 (até 06/2023)	3.734	193	(2.595)		1.332
Correção: TJLP/trimestral					
Total	116.769	6.528	(24.529)		98.768
Circulante	24.726				25.194
Não Circulante	92.043				73.574

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião e informações do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

19.1 Processos judiciais provisionados:

a) Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

b) Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes.

<u>Movimentação das Provisões</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2020	203.716	267.983	471.699
(+) Adições	97.850	37.395	135.245
(-) Reversão e baixas	(58.678)	(45.259)	(103.937)
Saldo em 31/12/2021	242.888	260.119	503.007
(+) Adições	77.312	42.789	120.358
(-) Reversão e baixas	(99.694)	(7.423)	(107.374)
Saldo em 31/12/2022	220.506	295.485	515.991
Circulante	156.718	226.957	383.675
Não Circulante	63.788	68.528	132.316

19.2 Processos judiciais não provisionados.

Considerando a opinião do Departamento Jurídico, o montante abaixo estimado para processos judiciais possui expectativa de perda avaliada como possível e, devido a esta classificação, não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processos Trabalhistas	102.310	101.788
Processos Cíveis (i)	1.419.863	3.298.912
Total	1.522.173	3.400.700

(i) Processos judiciais não provisionados – cíveis

Com relação aos processos cíveis classificados pelo Departamento Jurídico como perda possível no montante de R\$ 1.419.863 (R\$ 3.298.912 em 2021), destacamos os mais relevantes, que representam 66,6% do total (87,0% em 2021):

Reclamante	Foro	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Portus – Instituto de Seguridade Social (I)	Rio de Janeiro	–	2.081.084
Rodrimar S/A Transportes (II)	Santos	644.078	525.289
Consórcio Draga Brasil (III)	Seção Judiciária– DF	301.061	263.671
Subtotal		<u>945.139</u>	<u>2.870.044</u>
Outros Processos		474.724	428.868
Total		<u>1.419.863</u>	<u>3.298.912</u>

I. Portus Instituto de Seguridade Social – O montante mencionado e considerado para fins de estimativa, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras. O processo passou a ser classificado como perda “remota”, dada decisão proferida em 04/10/2022 pela 5ª. Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, onde confirmou a sentença de extinção da inicial por inépcia, dando parcial provimento à apelação do Portus tão somente para reduzir os honorários sucumbenciais anteriormente fixados.

II. Rodrimar S/A Transportes – Considerando que inexistente, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação desta, já transitada em julgado, procedeu-se, para fins de provisionamento, a uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R\$ 48.329 (R\$ 37.786 em 2021), atualmente provisionado como “provável”. Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou como perda possível o montante de R\$ 644.078 (R\$ 525.289 em 2021), correspondente à diferença atualizada do valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A. A manutenção da decisão judicial vigente e a realização de nova perícia são essenciais para a determinação dos valores em litígio. A Companhia e a União Federal estão pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada. A empresa Rodrimar reivindica a revalidação do laudo pericial, justificando dessa forma a classificação do valor provisionado da demanda judicial segregado em provável e possível.

III. Consórcio Draga Brasil – Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico–financeiro referente ao contrato administrativo N° 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente–anuente.

20. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Termo de ajustamento de conduta–TAC	23.096	–

Foi proposta pelo Ministério Público Federal a ação civil pública n° 0004665–36.2015.6104 contra a Companhia, União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos

Naturais Renováveis – IBAMA, com vistas a “evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos”.

Conforme entendimento defendido pelo Ministério Público Federal a referida dragagem alterou a morfologia de fundo do canal do Porto, tornando-o mais profundo e muito mais largo, o que resultou na modificação da hidrodinâmica local, gerando a entrada pelo canal de navegação de correntes e ondas maiores e mais velozes, que impactam a faixa de areia da Ponta da Praia e causa sua rápida erosão.

A Companhia assumiu compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, de adotar medidas para viabilizar a expansão do Projeto-Piloto conduzido pela Prefeitura Municipal de Santos e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP para a redução da energia das ondas e recuperação, mitigação, proteção e prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia de Santos, bem como concluir o projeto executivo em até 12 meses da data de assinatura do Termo.

A provisão com estimativa dos custos para a proposta de recuperação é de R\$ 23.096.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento de Tarifa Portuária (i)	12.704	15.876
Caução de garantia (ii)	8.525	6.581
Adicional de Tarifa Portuária (iii)	-	6.476
Diversos	1.703	1.301
Total – Circulante	<u>22.932</u>	<u>30.234</u>

(i) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

(ii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

(iii) O valor de R\$ 6.476 refere-se ao saldo de ATP – Adicional de Tarifa Portuária, até então registrado no Passivo Circulante, e foi apropriado ao resultado em junho/2022 em função da prescrição dos prazos constantes nos artigos 205 e seguintes do Código Civil, conforme parecer de nossos advogados internos.

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento. No período findo em 31/12/2022 foi reconhecido à receita a importância de R\$ 58.023 (R\$ 42.963 em 31/12/2021), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2021	Adições	Apropriações	Saldo em 31/12/2022
Santos Brasil Part. S/A	300	-	4.676	-	(4.676)	-
Term. Exportador Santos	300	144	113.767	-	(8.751)	105.016
Cargill Agrícola S/A	300	144	142.704	-	(10.977)	131.727
Bradesco S/A	60	40	1.127	-	(260)	867
Eldorado Brasil S/A	300	277	240.833	-	(10.000)	230.833
Bracell SP Celulose	300	278	246.500	-	(10.200)	236.300
Petróleo Brasileiro S/A	300	293	-	558.250	(13.026)	545.224
Cofco International	300	296	-	10.000	(133)	9.867
Total			749.607	568.250	(58.023)	1.259.834

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2020	Adições	Apropriações	Saldo em 31/12/2021
Santos Brasil Part. S/A	300	11	9.778	-	(5.102)	4.676
Term. Exportador Santos	300	156	122.518	-	(8.751)	113.767
Cargill Agrícola S/A	300	156	153.681	-	(10.977)	142.704
Bradesco S/A	60	52	293	1.300	(466)	1.127
Eldorado Brasil S/A	300	289	250.000	-	(9.167)	240.833
Bracell SP Celulose	300	290	255.000	-	(8.500)	246.500
Total			791.270	1.300	(42.963)	749.607

23. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela Companhia até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incidem atualização monetária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	341.585	866.079
Aumento de capital no período (i)	(185.614)	(528.947)
Devoluções à UNIÃO no período	-	(12.286)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	32.387	16.739
Saldo final	188.358	341.585
- Principal	107.400	193.400
- Atualização monetária	80.958	148.185
- Valores remanescentes	-	-

(i) Na AGE realizada em 09/08/2022 foi aprovada a capitalização dos créditos da UNIÃO no montante de R\$ 185.613.880,10, conforme Decreto Presidencial não numerado de 10/06/2011, bem como do acionista minoritário (Município de Santos). Em 28/09/2022 a AGE homologou o aumento de capital social da Companhia que passou a ser de R\$ 996.168.262,54, conforme abaixo:

em reais

Acionistas	Capital Anterior	Aumento de Capital	Capital Social após Integralização
União Federal	810.554.381,15	185.613.879,80	996.168.260,95
Prefeitura Municipal de Santos	1,29	0,30	1,59
TOTAL	810.554.382,44	185.613.880,10	996.168.262,54

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 – Capital social

O Capital Social é de R\$ 996.168 (R\$ 810.554 em 2021) representado por 763.608.754.771 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com 763.608.753.555 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.216 ações (0,00000016%).

24.2 – Reserva Legal

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva legal	43.563	16.199

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos.

24.3– Outros resultados abrangentes

Os valores registrados nessa rubrica decorrem de itens que não serão reclassificados para o resultado acumulado e são revisados trimestralmente por empresa especializada em função de premissas atuarias. A composição do saldo no patrimônio líquido é de itens correspondentes a benefícios pós emprego, conforme discriminado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	77.265	(45.093)
Ganho (perda) atuarial – plano de pensão de benefício definido	83.619	103.554
Ganho (perda) atuarial – plano de saúde	3.808	15.235
Ganho (perda) atuarial – complementação de aposentadorias	(3.004)	3.569
Saldo final	161.688	77.265

24.4 – Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio

24.4.1 – Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios, conforme demonstrado no quadro na nota 24.4.2 abaixo.

24.4.2 – Dividendos adicionais propostos

A Administração submeterá à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a possibilidade de distribuir dividendos adicionais até o limite de 100% do lucro líquido ajustado do exercício após destinação da reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	547.281	329.140
Ajustes de exercícios anteriores	—	(5.158)
Lucro líquido ajustado	547.281	323.982
Reserva legal (5%)	(27.364)	(16.199)
Lucro líquido ajustado a ser distribuído	519.917	307.783
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	129.979	76.946
– Juros sobre capital próprio	63.186	23.908
– Dividendos	66.793	53.038
Dividendos adicionais propostos	389.938	230.837

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas	547.281	329.140
Número de ações (em milhares) – média ponderada	691.908.911	419.436.058
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,79	0,78

26. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA A RECEITA LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Tarifárias		
- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário	585.354	529.908
- Utilização da Infraestrutura terrestre	206.198	129.533
- Acostagem	92.248	60.645
- Fornecimento de energia	45.958	46.255
- Outras receitas	16.806	12.392
Total Receitas Tarifárias	946.564	778.733
Receitas de arrendamento (Nota 26.2)	632.392	493.233
Receita Bruta	1.578.956	1.271.966
- Cancelamentos	(2.893)	-
- Imposto sobre serviços - ISS	(44.362)	(36.259)
- Imposto circulação de mercadorias-ICMS	(8.272)	(8.326)
- Programa de integração social - PIS	(25.869)	(20.859)
- Contribuição para Financiamento seg. social- COFINS	(119.152)	(96.080)
Receita Líquida	1.378.408	1.110.442

26.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Acostagem:
Remunera a utilização da infraestrutura de Cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;
- Serviços Gerais:
A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertiooga e de outros serviços complementares.

26.2 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site <https://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/>. Os principais contratos são:

ARRENDATÁRIOS	2022	2021
SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S/A	86.260	71.910
TES - TERMINAL EXP DE SANTOS SA	56.472	38.576
PETROBRAS TRANSPORTE S/A TRANSPETRO	41.097	37.206
BRASIL TERMINAL PORTUARIO S/A	37.139	18.146
TEG - TERMINAL EXPORTADOR DO GUARUJA	29.857	25.750
AGEO TERMINAIS E ARMAZENS GERAIS S/A	21.248	18.818
COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZENS GERAIS	20.507	14.803
ELEVACOES PORTUARIAS SA	19.368	17.204
ADM DO BRASIL LTDA	19.073	19.188
ECOPORTO SANTOS S.A.	16.703	13.265
TERMINAL DE GRANEIS DO GUARUJA S/A	16.688	13.701
T GRAO CARGO TERMINAL DE GRANEIS S/A	15.174	8.608
HIDROVIAS DO BRASIL ADM PORTUARIA	13.389	13.067
BRACELL SP CELULOSE LTDA	12.185	5.754
LOCALFRIO S/A ARMAZENS GERAIS FRIGORÍFICOS	10.787	10.908
FIBRIA TERM DE CELULOSE DE SANTOS S/A	10.538	7.656
MARIMEX DESPACHOS, TRANSPORTES E SERVS. LTDA	8.380	7.053
VOPAK BRASIL S/A (ALEMOA)	8.370	4.710
TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S/A - TERMAG	7.750	6.765
TERMINAL 12 A S/A	7.582	6.575
Subtotal	458.567	359.665
Apropriação da receita diferida - nota 22	57.763	42.497
Demais contratos	116.062	91.071
Receita de arrendamentos - nota 26	632.392	493.233

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	120.811	123.804
Encargos sociais	36.449	39.829
Serviços de terceiros	165.791	124.690
Depreciação/amortização (i)	60.117	40.879
Aluguéis	8.996	7.472
Utilidades e serviços, materiais	9.395	11.339
Total	401.559	348.013

(i) Vide nota explicativa nº 11.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	62.143	63.642
Encargos sociais	18.151	18.153
Serviços de Terceiros	8.472	9.312
Aluguéis	1.135	645
Utilidades, serviços e materiais	10.429	8.151
Impostos, taxas e contribuições	3.274	1.297
Demandas judiciais	95.777	95.171
Órgãos Colegiados	4.459	4.155
Outras despesas	1.294	2.996
Total	205.134	203.522

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda de materiais – sucatas e outros	11.095	6.176
Reversão do saldo de ATP (i)	6.476	-
Bens obtidos em contrapartida contratual	2.617	-
Indenizações e multas contratuais	838	1.381
Cessão do direito da folha de pagamento	260	466
PIS e COFINS – Exclusão do ICMS na base de cálculo	-	1.563
Outras	126	23
Total	21.412	9.609

(i) Vide nota explicativa nº 21.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Termo de ajustamento e conduta – TAC (i)	23.096	-
Constituição (reversão) créditos de liquidação duvidosa	(346)	1.604
Despesas com desligamento Incentivado – PIDV	10.691	-
(Ganho) perda atuarial benefício pós emprego (ii)	15.478	(3.130)
Perdas com créditos – decisão judicial	-	317
Perda com créditos incobráveis	875	5.130
Perda na baixa de ativos imobilizados	128	2.094
Constituição (reversão) valor recuperável de ativos	-	(2.503)
Multas	830	973
Outras	1.047	950
Total	51.799	5.435

(i) Vide Nota explicativa nº 20

(ii) (Ganho) perda atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Plano de Assistência à Saúde e Complementação de Aposentadoria, conforme nota explicativa 17.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	68.952	47.527
Rendimentos de aplicações financeiras	178.752	38.410
Outras	14.581	2.890
Receitas Financeiras Totais	262.285	88.827
Despesas Financeiras		
Encargos sobre TCF – Plano de pensão	(53.952)	(71.389)
Variação monetária	(17.436)	(19.168)
Juros pagos ou incorridos	(42.230)	(16.877)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(12.196)	(4.130)
Despesas Financeiras Totais	(125.814)	(111.564)
Resultado Financeiro Líquido	136.471	(22.737)

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

32.1 – Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	<u>31/12/2022</u>			
	Base de Cálculo	IRPJ –25%	CSLL– 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	220.506	55.126	19.845	74.971
Provisão Cível	295.485	73.871	26.594	100.465
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.797	3.949	1.422	5.371
Provisão Fornecedores	20.740	5.185	1.867	7.052
Impairment – Imobilizado	7.856	1.964	707	2.671
Termo de ajustamento de conduta	23.096	5.774	2.079	7.853
Prejuízo Fiscal IRPJ	325.039	81.260	–	81.260
Base Negativa CSLL	320.729	–	28.866	28.866
Total Geral		227.129	81.380	308.509

	31/12/2021			
	Base de Cálculo	IRPJ -25%	CSLL- 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	242.888	60.722	21.859	82.581
Provisão Cível	260.119	65.030	23.410	88.440
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.473	3.868	1.393	5.261
Provisão Fornecedores	39.904	9.976	3.591	13.567
Impairment - Imobilizado	10.070	2.518	907	3.425
Prejuízo Fiscal IRPJ	589.987	147.497	-	147.497
Base Negativa CSLL	586.076	-	52.747	52.747
Total Geral		289.611	103.907	393.518

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo

Ano	R\$ mil
2023	146.174
2024	86.620
2025	19.380
2026	27.700
2027	8.388
Demais anos	20.247
Total	308.509

32.2 - Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	842.543	519.411
Alíquota do IRPJ e CSLL (34%)	(286.465)	(176.600)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base 2022	
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	63.186	21.483
Incentivos fiscais	1.604	545
Lucro não tributado pelo adicional	240	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(69.429)	(23.605)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(1.331)	(119)
Outras adições permanentes	(26.690)	(9.075)
(Adições) e Exclusões Temporárias		
Depreciação: impairment	2.213	752
Reversão (constituição) de impairment sobre ativos	-	-
Outras (adições) exclusões temporárias	(11.503)	(3.911)
Total dos ajustes	(13.906)	(5.239)
Compensação de prejuízo fiscal IR - 25%	264.949	66.238
Compensação da base negativa da CSLL - 9%	265.348	23.881
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(210.252)	(127.280)

Imposto de Renda Corrente	(154.528)	(93.520)
Contribuição Social Corrente	(55.724)	(33.760)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(85.010)	(62.991)
Imposto de Renda Diferido	(62.481)	(46.291)
Contribuição Social Diferido	(22.529)	(16.700)
TOTAL	(295.262)	(190.271)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	35,04%	36,63%

33 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2022) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
– Maior remuneração	46.037,79
– Menor remuneração	40.118,49
– Remuneração média	42.193,17
<u>EMPREGADOS</u>	
– Maior remuneração	46.311,83
– Menor remuneração	2.092,88
– Remuneração média	15.262,77
– Valor médio global dos benefícios	1.896,29

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

<u>Número de empregados</u>	
Em 31/12/2021	968
(+) Admissões	3
(-) Desligamentos	134
Em 31/12/2022	837

33.1 – Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia e são apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31/12/2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	320	141	94	2.280	2.835
Encargos sociais	64	28	19	921	1.032
Remuneração variável	-	-	-	1.051	1.051
Previdência complementar	-	-	4	240	244
Remuneração total	384	169	117	4.492	5.162
Remuneração média mensal	3,81	3,92	3,92	69,40	
Número de membros	7	3	3	4	

Exercício findo em 31/12/2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	250	132	109	2.368	2.859
Encargos sociais	50	26	22	926	1.024
Remuneração variável	-	-	-	362	362
Previdência complementar	-	-	1	123	124
Remuneração total	300	158	132	3.779	4.369
Remuneração média mensal	3,47	3,67	3,03	45,50	
Número de membros	6	3	2	5	

No Comitê de Auditoria um dos membros não é remunerado em função de participar também do Conselho de Administração.

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A empresa reconheceu uma despesa e um passivo correspondente a participação nos lucros no montante de R\$ 35.256 (R\$ 20.933 em 2021), referente ao alcance de um conjunto de indicadores e metas corporativas aprovadas pela SEST – Secretaria das Empresas Estatais.

**FERNANDO HENRIQUE
PASSOS**
BIRAL:17269315876

Assinado de forma digital por FERNANDO HENRIQUE PASSOS
BIRAL:17269315876
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=AC VALID RFB V5, ou=AR ONLINE SOLUCOES DIGITAIS, ou=Videoconferencia, ou=11587975000184, cn=FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL:17269315876
Dados: 2023.02.08 13:21:16 -03'00'

FERNANDO H. PASSOS BIRAL

Diretor Presidente

Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação – Interino

MARCUS DOS SANTOS
MINGONI:1465222189
4

Assinado de forma digital por MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SIMPLE WAY CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial, ou=29406892000107, cn=MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
Dados: 2023.02.08 12:21:07 -03'00'

MARCUS DOS SANTOS MINGONI
Diretor de Administração e Finanças

MARCELO RIBEIRO
DE
SOUZA:884935807
59

Assinado de forma digital por MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=AC VALID RFB V5, ou=AR ONLINE SOLUCOES DIGITAIS, ou=Videoconferencia, ou=11587975000184, cn=MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
Dados: 2023.02.08 13:11:37 -03'00'

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações

AFRANIO DE PAIVA
MOREIRA
JUNIOR:34443223720

Assinado de forma digital por AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR:34443223720
Dados: 2023.02.08 14:11:15 -03'00'

AFRÂNIO DE PAIVA M. JUNIOR
Diretor de Infraestrutura

LUCIANA PARREIRA
PINHEIRO
PEREIRA:199312188
94

Assinado de forma digital por LUCIANA PARREIRA PINHEIRO PEREIRA:19931218894
Dados: 2023.02.08 12:03:41 -03'00'

LUCIANA PARREIRA P. PEREIRA
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 188.629/O-3